

A agenda governamental local: o caso da política de turismo em Ouro Preto

Local governmental agenda: the case of Ouro Preto's tourism policy

Fernanda Cristina Silva¹ 
Catarina Ianni Segatto² 
Marco Antonio Carvalho Teixeira³ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2021v6n3.59740]

Recebido em: 10/06/2021
Aprovado em: 14/03/2022

Resumo: Este artigo busca analisar os fatores que influenciam mudanças relacionadas à política de turismo na agenda governamental local a partir de abordagens teóricas da área de políticas públicas que explicam esse processo. O estudo de caso único, Ouro Preto - Minas Gerais, foi importante para compreender a influência do processo político, bem como de fatores exógenos, na ascensão de alguns temas na política de turismo em âmbito local. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, lideranças locais e representantes de organizações privadas e da sociedade civil envolvidos direta ou indiretamente com a atividade turística no município, e analisados por meio do método de análise de conteúdo. Os resultados mostram que mudanças políticas foram influenciadas, principalmente, por uma alternância entre duas ideias – a promoção do turismo como desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio – a partir da atuação de determinados atores que foram chave para construir consensos em torno dessas ideias colocadas como antagônicas e incompatíveis na maior parte do tempo. Conclui-se que a forma como o turismo historicamente tem sido tratado na agenda governamental de Ouro Preto é influenciada pelo contexto político e pelas ideias que os atores políticos locais possuem sobre seus resultados para a cidade, mas que fatores exógenos – tais como crise econômica e necessidade de diversificar a economia local, também fazem com que alguns temas sejam considerados e priorizados em alguns momentos.

Palavras-chave: formação de agenda; mudança na política pública; turismo; município; Ouro Preto.

¹ Universidade Federal de Viçosa – E-mail: fernanda.silva@ufv.br.

² Universidade Federal do ABC (UFABC) – E-mail: catarina.segatto@gmail.com.

³ Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV EAESP) – E-mail: marco.teixeira@fgv.br.

Abstract: This paper seeks to analyze the factors that influence the tourism policy changes in the local governmental agenda based on theoretical approaches that explain the agenda-setting process. A single case study, Ouro Preto - Minas Gerais, was important to comprehend the influence of the political process, as well as exogenous factors, in the entrance of specific issues in the local tourism policy. The data were collected through documental research and semi-structured interviews with governmental managers, local leaderships, and representatives from private and non-governmental organizations, direct or indirect involved with Ouro Preto's tourism activity, and they were analyzed through a content analysis method. The findings show that the political changes were explained mainly by an alternation between two ideas – promoting tourism to economic development and the preservation of the historic heritage – influenced by specific actors who were key to build consensus around these antagonistic and irreconcilable ideas in most of the time. We conclude that the way tourism was historically seen in the governmental of Ouro Preto was influenced by the political context and ideas that local actors have about the tourism impact in the city's development, but exogenous factors, such as economic crises and the necessity to diversify the local economy, also resulted in some issues being considered and prioritized in specific moments.

Keywords: agenda-setting; policy change; tourism; municipalities; Ouro Preto.

1. Introdução

As mudanças na agenda governamental foram estudadas por diversos autores, sendo os modelos do Kingdon (1995) e do Baumgartner e Jones (2009) os mais discutidos pela literatura. Ainda que sejam diferentes, estes modelos chamam a atenção para a importância da intersecção entre atores, ideias e instituições nesse processo. Apesar disso, assim como a maior parte dos estudos produzidos a partir deles, o foco está na análise da agenda governamental no nível nacional. Este artigo busca contribuir para essa discussão a partir da compreensão da agenda governamental no nível local, especificamente, na política de turismo.

Tendo em vista que a atividade turística envolve uma infinidade de atores com ideias diversas e conflitantes sobre o papel do turismo no desenvolvimento local e dos governos na sua promoção, considera-se que o campo da política de turismo é um objeto empírico interessante para avançar na discussão sobre as mudanças na agenda governamental. O turismo pode ser entendido como uma atividade econômica e social, que acarreta tanto benefícios como malefícios para as destinações e suas comunidades, sendo seus resultados diretamente influenciados pelo papel dos governos e das políticas de turismo na sua realização. De um lado, o turismo pode contribuir com a oferta de empregos diretos e indiretos, geração de renda e de receitas, valorização da cultura local e preservação

ambiental. De outro, pode agravar problemas sociais, causar desvalorização da cultura local, degradação do meio ambiente e do patrimônio público, aumento dos preços dos produtos e serviços, piora na qualidade de vida, dentre outros impactos negativos (Cooper, Fletcher, Fyall & Wanhill, 2007; Elliot, 1997; Jenkins, 2015).

Para que a atividade turística ocorra, é fundamental a participação das três esferas de governo, que conforme a Constituição Federal de 1988, devem promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (Constituição, 1988). Enquanto o governo federal é responsável por formular as diretrizes e coordenar os planos nacionais, os governos estaduais e municipais são responsáveis pela formulação e implementação de projetos regionais e locais, respectivamente, e pela melhoria dos equipamentos necessários às áreas turísticas (Beni, 2008). Ainda que a gestão do turismo seja uma responsabilidade compartilhada, destaca-se que os governos municipais têm um papel central nas políticas dessa natureza, já que é no local que a atividade turística efetivamente ocorre e onde se concentram os seus impactos positivos e negativos.

No entanto, a gestão pública local do turismo no Brasil ainda é frágil e há escassez de recursos próprios ou oriundos de outros níveis de Governo para investimentos e ações nesta área (Ministério do Turismo [MTur], 2009, 2010, 2011, 2013). O que se percebe, em muitos casos, é a priorização de aspectos econômicos nas políticas de turismo, deixando de lado outras questões importantes – sociais, culturais e ambientais, que também merecem atenção pública, seja pelas oportunidades ou pelos impactos negativos que geram, sobretudo para as comunidades locais. Mas, o que determina o que será ou não considerado pelos governos locais como objeto de políticas públicas?

Para tentar responder esta e outras questões decorrentes, este artigo busca analisar os fatores que influenciam mudanças relacionadas à política de turismo na agenda governamental local a partir de abordagens teóricas da área de políticas públicas que explicam esse processo. Para tanto, analisou-se especificamente as políticas locais de turismo em um município brasileiro – Ouro Preto, Minas Gerais. Acredita-se que este estudo de caso único, em profundidade, pode contribuir para a maior compreensão da política de turismo em âmbito local – servindo como referência para a análise de outras cidades do Brasil e do mundo, em que pese as características de cada lugar. Os dados qualitativos sobre as mudanças na política de turismo desta cidade, coletados em documentos e entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, lideranças locais e

representantes de organizações privadas e da sociedade civil, no período de 2013 a início de 2022, foram analisados por meio do método análise de conteúdo.

Este artigo está dividido em quatro seções, além desta Introdução. Na primeira seção, abordagens que explicam as mudanças na agenda governamental são discutidas, o que permitiu a identificação dos principais fatores que afetam esse processo. Na segunda, o desenho de pesquisa e a metodologia utilizada são apresentados. Na terceira, a descrição e a análise do caso são feitas a partir da discussão da trajetória da política de turismo em Ouro Preto e dos temas que emergiriam à agenda governamental, para então, apontar os fatores que influenciaram esse processo. Por fim, na quarta seção, as conclusões sintetizam os principais achados deste estudo, mostrando como, de um lado, o contexto político e, de outro, os consensos em torno de determinadas ideias de alguns atores influenciaram uma alternância nos objetivos da política de turismo: ora focados no desenvolvimento econômico, ora na preservação do patrimônio histórico e cultural.

2. A Formação da Agenda Governamental

A formação de agenda, “processo por meio do qual certos problemas ou questões chamam a atenção séria e ativa do governo como possíveis assuntos de política” (Elder & Cobb, 1993, p. 7, tradução dos autores), foi estudada por diversos autores. Uma das abordagens mais conhecidas é a de Kingdon (1995), que a partir da análise das áreas de saúde e transporte do governo federal norte-americano e do “Modelo Lata de Lixo” (Garbage Can Model) de Cohen e Olsen (1972), aponta que a formação da agenda governamental é resultado da combinação de três dinâmicas: definição do problema, escolha da solução e mudança política.

Em relação à definição de problemas, Kingdon (1995) afirma que, em determinados momentos, alguns deles podem receber mais atenção das autoridades governamentais do que outros. Os problemas tornam-se conhecidos por: indicadores, que mostram que determinada situação é problemática e chamam atenção para a sua magnitude; eventos focalizados, desastres ou crises; e feedback de programas existentes, formal ou informal. Os atores que recebem atenção da mídia e da sociedade em geral são importantes nesse processo, como “o presidente e seus assessores de alto escalão, importantes membros do Congresso, a mídia, e atores relacionados ao processo eleitoral, como partidos políticos e comitês de campanha” (Kingdon, 2006, p. 230).

Na definição das soluções, os participantes “invisíveis”, incluindo acadêmicos, burocratas e funcionários do Congresso, exercem maior influência na escolha das

alternativas que vão compor a agenda de decisão. A solução é resultado de uma seleção natural, em que as soluções mais viáveis persistem até que é criado um consenso na comunidade da política em relação a essa solução. Nesse momento, os empreendedores da política são chave para convencer e mobilizar outros atores sobre determinada solução (Kingdon, 1995).

Kingdon (1995) acredita que o processo político é outro componente central para que um problema e uma solução entrem na agenda. “Independentemente do reconhecimento de um problema ou do desenvolvimento de propostas de políticas, eventos políticos fluem de acordo com dinâmicas e regras próprias” (Kingdon, 2006, p. 229). A agenda pode mudar com a eleição de um novo governo e em renovações de programas, por exemplo.

Ainda que essas três dinâmicas – problemas, soluções e processo político – se conectem para que uma mudança ocorra, Kingdon (1995) não estabelece um vínculo causal entre os problemas e a proposição de soluções. Em vez disso, as soluções são criadas e, então, procuram por problemas para os quais possam apresentar suas soluções. Quando um problema urgente demanda atenção do governo, uma proposta de política pública é associada a esse problema, e uma solução está disponível, uma “janela de oportunidades” se abre. As janelas de oportunidade podem ser abertas por eventos que ocorrem tanto na dinâmica dos problemas quanto da política (Kingdon, 1995).

Kingdon (1995) traz dois elementos importantes para a discussão da agenda: seu caráter efêmero e caótico e a intersecção entre ideias e atores nesse processo. Sobre o primeiro, Baumgartner e Jones (2009) apontam que Kingdon (1995) faz uma análise bem aproximada (“close-up”) do momento da infusão de ideias no processo de construção de uma política. No entanto, se as mudanças forem analisadas ao longo do tempo, os autores apontam que as políticas passam por longos períodos de estabilidade que são alternados por períodos episódicos de mudança. O monopólio da política, ou seja, a criação e a manutenção de uma determinada imagem de política, explica esses longos períodos de estabilidade. As mudanças nesses monopólios e imagens podem desestabilizar as políticas e levar a mudanças rápidas (Baumgartner & Jones, 2009).

O papel dos monopólios e imagens das políticas está relacionado ao segundo elemento – a intersecção entre ideias e os atores nesse processo. Kingdon (1995) já havia chamado atenção para a definição do problema, que está presente em abordagens mais construtivistas. Para essas, determinados atores definem os problemas de uma forma que

ganhem apoio político e, assim, constroem estórias para descrevê-los, influenciando o modo como eles são entendidos e a escolha das soluções para enfrentá-los (Stone, 1999). Segundo Béland (2016), Kingdon (1995) avança, pois não entende as ideias como estáticas, mas mostra que elas mudam ao longo do tempo e são resultados das interações com instituições e atores.

A importância das ideias nas mudanças na política também foi discutida por Baumgartner e Jones (2009), como supracitado, por Sabatier e Jekins-Smith (1993), que discutem as mudanças como resultado de coalizões que se organizam em torno de crenças, e por estudos mais recentes (Béland & Cox, 2010; Fisher, 2003; Fisher & Gottweis, 2012), que afirmam que as políticas são resultado de crenças causais de que determinadas soluções resolvem determinados problemas.

Béland (2016) aponta que estudos posteriores avançaram na compreensão da influência da posição dos atores no meio institucional no qual estão imersos e de suas percepções psicológicas moldando sua interpretação sobre problemas e soluções. Diversos estudos dão maior centralidade aos atores se comparadas a abordagens mais institucionalistas. Apesar das divergências entre eles, há um consenso de que há atores “visíveis” - que compreendem aqueles que efetivamente tomam a decisão, e atores “invisíveis” - que seriam chave na construção de problemas e soluções, especialmente, especialistas. Baumgartner e Jones (2009), inspirados pela racionalidade limitada, apontam que os atores não são capazes de prestar atenção em todos assuntos ao mesmo tempo e de escolher o melhor curso de ação, assim, novas interpretações sobre uma política explicariam as mudanças nela. A importância dos atores também foi discutida em maior profundidade por estudos focados na compreensão das redes de atores e comunidades epistêmicas (Jann & Wegrich, 2007).

Béland (2016) aponta que comparações entre países e, principalmente, análises de políticas locais e municipais são importantes para avançar no debate sobre o modelo de Kingdon (1995) e a intersecção de ideias, instituições e atores na formação da agenda. No Brasil, alguns estudos buscaram compreender a formação da agenda governamental em políticas de diversas naturezas, tais como reforma administrativa (Capella, 2004, 2008; Menicucci & Brasil, 2010; Perdicaris, 2009; Rocha, 2011; Segatto, 2011), educação (Rocha, 2011; Segatto, 2011; Simielli, 2008; Sumiya, Araujo & Sano, 2017; Weiers, 2011), coleta seletiva (Pereira & Teixeira, 2011), juventude (Rocha, 2012), inclusão digital (Amaro, 2012), saúde (Brasil & Capella, 2019; Metten, Gadelha & Maldonado,

2015; Pinto, 2008), internacionalização de empresas (Coelho & Oliveira Júnior, 2016); corrupção (Bataglia, 2017), ciência e tecnologia (Pelaez, Invernizzi, Fuck, Bagatolli & Oliveira, 2017), inclusão financeira (Sela, Gonzalez & Christopoulos, 2020) e outros.

No entanto, poucos estiveram focados em políticas locais, como é o caso dos trabalhos de Perdicaris (2009) e Weiers (2011), não sendo encontrado na revisão da literatura nacional realizada algum estudo que tenha o turismo como tema da agenda governamental a ser analisada. Há, portanto, uma lacuna na análise da agenda governamental na política de turismo municipal.

3. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho se baseou em um estudo de caso, pois é orientado por questões de pesquisa individuais e específicas (Godoy, 2010) e multicausais com complexidade causais (Sátyro & D’Albuquerque, 2020). Além disso, a análise da agenda governamental local ainda é pouco explorada pela literatura. Assim, a análise é qualitativa de um caso particular e uma realidade específica (Godoy, 2010).

Ouro Preto (Minas Gerais) foi escolhido como unidade de análise em função de ser um importante destino turístico, reconhecido nacional e internacionalmente como referência no segmento de turismo cultural. Isto porque a cidade é tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, desde 1989, Patrimônio Cultural da Humanidade, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Para compreender em profundidade o objeto de estudo, buscaram-se múltiplas fontes de evidências, utilizando-se de diferentes estratégias de coleta de dados. Foram analisados dados documentais, como leis municipais que tratam do turismo, publicações e estudos oficiais disponibilizados in loco ou em sítio da internet, compreendendo o período de 1990 a início de 2022, e entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas foram realizadas em 2013 e 2014 com atores locais ligados ao governo municipal, incluindo representantes da Secretaria Municipal de Turismo e das demais secretarias que têm relação com a temática do turismo, com atores de órgãos governamentais de outros níveis de governo, mas com atuação local, e com atores da iniciativa privada e de organizações da sociedade civil. Adicionalmente, foram realizadas mais duas entrevistas em fevereiro de 2022, uma com um ator público já participante da pesquisa, e outra com um ator da iniciativa privada mas com atuação junto à Prefeitura,

a fim de compreender o cenário atual da gestão pública do turismo em Ouro Preto. A fim de preservar a identidade dos entrevistados, estes foram codificados, como apresentado no Quadro 1. Ao todo 30 pessoas participaram da pesquisa, sendo que as entrevistas duraram em média, de 40 minutos a uma hora. Apenas uma entrevista não foi gravada por solicitação do entrevistado.

O ponto de partida para a identificação dos atores-chave a serem entrevistados foi uma listagem fornecida pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Ouro Preto, vigente em 2013, dos representantes do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Ao final das entrevistas com os referidos atores, era solicitado que eles indicassem outras pessoas para melhor compreensão do objeto investigado. Assim, utilizou-se da técnica “bola de neve” para seleção dos entrevistados (Noy, 2008).

Quadro 01: Codificação dos entrevistados

Códigos dos entrevistados por entrevista (na ordem)	Representação
B1	Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto (ADOP)
B2	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
B3	Câmara de Vereadores de Ouro Preto
B4	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
B5	Sociedade Civil e ex-funcionário da Secretaria de Turismo
B6	Convention & Visitors Bureau
B7	Sistema de museus
B8	Guarda municipal
B9	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
B10	Secretaria de Meio Ambiente
B11	Ex-funcionário da Secretaria de Turismo e Cultura
B12, B13, B14, B15, B16	Secretaria de Cultura e Patrimônio (não gravada)
B2 (segunda entrevista)	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
B17	Sociedade Civil
B18	Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto (ACEOP)
B19	Guias de turismo
B20	Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)
B21	Federação de Associações de Moradores de Ouro Preto (FAMOP)
B22	Hoteleiro e participante da Associação Brasileira de Hotéis (ABIH)
B23	Secretaria Municipal de Finanças
B24	Museu Federal Casa dos Contos
B25	Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)
B26	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
B27 e B28	Secretaria de Cultura e Patrimônio

B29	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
B2 (terceira entrevista)	Secretaria de Turismo
B30	Iniciativa privada

Fonte de dados: Elaborado pelos autores.

Para interpretar os dados utilizou-se o método de análise de conteúdo, que pode ser entendido como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência (...)” (Bardin, 2016, p. 46) a respeito da questão de pesquisa.

Baseando-se em Moraes (1999), a realização da análise de conteúdo neste estudo envolveu cinco etapas: 1) preparação das informações para a análise, que, neste estudo, consistiu na organização e transcrição dos dados; 2) transformação do conteúdo em unidades, que podem ser tanto palavras, frases, temas ou mesmo documentos em sua forma integral, sendo a unidade escolhida neste estudo temas relacionados ao processo de formação de agenda governamental; 3) categorização ou classificação das unidades em categorias, ou seja, agrupamento dos dados considerando a parte comum entre eles. Neste estudo, dados relacionados ao mesmo tema foram agrupados em uma planilha do Excel e depois analisados de forma conjunta em uma única categoria, denominada de “Trajetória da gestão pública do turismo em Ouro Preto”; 4) descrição, etapa realizada neste estudo através da apresentação dos resultados; e 5) interpretação dos dados, que, neste estudo, envolveu a análise dos dados à luz da literatura sobre o processo de formação de agenda.

É importante destacar que buscou-se realizar uma construção histórica da política de turismo para a identificação dos momentos de mudança na agenda governamental e, assim, apontar quais temas ascenderam à agenda governamental e os fatores que influenciaram as mudanças.

4. A Trajetória da Gestão Pública do Turismo em Ouro Preto-MG

A análise da trajetória da gestão pública do turismo em Ouro Preto ao longo do tempo evidência como elemento central, como a alternância de poder entre duas lideranças políticas principais, que historicamente polarizaram a disputa eleitoral no município desde a década de 1980 assumindo discursos distintos, fizeram com que o tema turismo fosse tratado na agenda governamental de forma diferente ao longo do tempo.

Uma dessas lideranças, que governou Ouro Preto em três mandatos (1985-1988, 1997-2000 e 2013-2016) assumia o discurso do progresso e era considerado o “prefeito

dos moradores”. Já a outra liderança política, que assumiu a prefeitura em três mandatos (1993-1996, 2005-2008, 2009-2012, e 2021-2024) e é o atual prefeito de Ouro Preto (eleito em 2020), acreditava no turismo como mecanismo para a promoção da cultura e a preservação do patrimônio, sem desconsiderar o seu potencial para o desenvolvimento econômico da cidade, e era considerado o “prefeito para os turistas” (B7, B17, B20, B21). Desde 1984, apenas em dois mandados essas lideranças políticas não estiveram diretamente na gestão municipal de Ouro Preto.

Importante destacar que esses posicionamentos distintos em relação ao turismo tiveram origem com a chegada do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade, que começou a atuar com posturas consideradas “rígidas” por alguns entrevistados (por exemplo, com proibições de intervenções ou exigência de alguns requisitos). Tal postura acabou levando a uma série de conflitos entre o IPHAN e a cidade e impulsionou, como revelou B23, um debate político entre o “o progresso” a “preservação”.

O entrevistado B21 aponta que, em meio à disputa eleitoral dessas duas lideranças, era comum encontrar afirmações da população que reforçavam esses discursos, como: “Ouro Preto que vai progredir” versus “Ouro Preto que vai ficar congelada”, “Ouro Preto dos pobres” versus “Ouro Preto dos ricos”, “Ouro Preto da periferia” versus “Ouro Preto do centro”. Esses discursos, segundo o entrevistado, evidenciavam que as propostas destes governos em relação ao turismo eram dicotômicas, como se o desenvolvimento econômico e a preservação fossem incompatíveis.

Nos parágrafos a seguir, traz-se um panorama sobre os principais marcos de atuação pública no turismo no município a partir da década de 1990, quando, como pôde-se perceber pelas entrevistas, o tema turismo passou a receber diferentes tratamentos públicos por parte dos governos locais, até início de 2022.

A primeira grande mudança ocorreu em 1993, quando o prefeito eleito de Ouro Preto, que defendia o turismo como forma de preservação do patrimônio, conjuntamente com IPHAN, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), a UFOP, o Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF/MG) e algumas organizações comunitárias, criaram o Grupo de Assistência Técnica (GAT), responsável pela elaboração do Plano Diretor da cidade, na tentativa de conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação do patrimônio cultural (De Grammont, 2006). Em 1996, na mesma gestão, o Plano Diretor elaborado pelo GAT foi sancionado

pela Câmara de Vereadores de Ouro Preto por meio da proposição da Lei Complementar nº 01, que determinou que o Governo deveria “preservar o patrimônio cultural e ambiental de Ouro Preto de forma prioritária” e o turismo deveria ser considerado uma das diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do município (Lei Complementar nº 1, 1996).

Em 1996, contudo, o candidato da oposição ao Governo naquele momento, que assumia o discurso do progresso, ganhou as eleições e não implementou o Plano Diretor, nem as práticas de preservação do patrimônio previstas. Dessa forma, os avanços iniciados com a criação do GAT e aprovação do Plano Diretor sofreram uma paralisia ou mesmo um retrocesso.

Em 2005, após mais uma troca de governo, em que assume a gestão o prefeito que tinha o discurso da preservação, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), até então inoperante, foi regulamentado como órgão consultivo do Executivo municipal (Lei nº 93, 2005). Em 2006, o turismo passou a constituir a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, pasta que ficou assim definida até o fim dos dois mandatos do então prefeito (Lei Complementar nº 15, 2006), o que reforça o seu olhar para o turismo como relacionado à preservação do patrimônio e da cultura de Ouro Preto.

Também em 2006, na mesma gestão, foi instituído um novo Plano Diretor, que apresenta várias diretrizes para ampliação e diversificação da base econômica do município, dentre elas o turismo, as quais devem também observar as diretrizes de preservação e a valorização do patrimônio cultural e natural. Nesse sentido, uma das diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico apresentada no Plano é “promover melhores e mais adequadas condições para a expansão da atividade turística em suas diversas modalidades, visando sua distribuição equilibrada no território municipal e a elevação da qualidade dos serviços” (Lei Complementar nº 29, 2006).

Em 2010, ainda na mesma gestão, foi criado o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), importante para a institucionalização do turismo enquanto uma política (Lei nº 587, 2010). Em 2011, além da mudança na composição, o COMTUR deixa de ser apenas consultivo e passa a ter funções deliberativas e de fiscalização (Lei nº 659, 2011). No entanto, tanto o COMTUR como o FUMTUR não apresentaram funcionamento regular até 2015.

Além disso, entre 2010 e 2011, foi criado o primeiro Plano Municipal de Turismo (2011-2021), por iniciativa da Associação do Circuito do Ouro, mas também envolvendo a Prefeitura de Ouro Preto, a Secretaria de Turismo, a iniciativa privada e a sociedade

civil organizada. Segundo B1, para a realização do Plano foram realizados dois fóruns, que contaram com a participação ativa de todos esses atores. Conforme relatado por B5, a implementação desse plano ficaria a cargo da Secretaria de Cultura e Turismo. Colocar a responsabilidade do Plano nessa Secretaria foi importante porque, como apontado por B3, B7 e B20, na gestão anterior à atual, houve um fortalecimento dessa Secretaria com a entrada de técnicos com formação em turismo, quadro que não existia até então.

Não obstante a importância deste instrumento de gestão, as ações previstas neste primeiro Plano não foram, em sua grande maioria, realizadas. Isso porque, segundo B20, o Plano era inviável para Ouro Preto, ou seja, a maioria das ações propostas não se aplicava ao contexto local do turismo, logo, precisaria ser atualizado e realinhado (B1). B5 atribuiu como uma das causas da não execução do Plano a falta de articulação da “rede” de atores envolvidos no turismo. B1, B2, B5, B9 e B20 também atribuíram essa situação à falta de uma política pública institucionalizada de turismo, que, na opinião dos entrevistados, deveria ter sido elaborada antes do Plano Municipal, como forma de validá-lo e legitimá-lo.

Destaca-se que os representantes do COMTUR e alguns funcionários da Secretaria de Turismo foram de sua importância para a elaboração desse primeiro Plano, atuando como empreendedores de políticas, uma vez que mobilizaram suas ideias por meio da realização dos fóruns de discussão citados acima e um amplo debate no âmbito do COMTUR (B1, B2).

Em 2011, o Plano Diretor de Ouro Preto passou por uma nova revisão, por meio da Lei Complementar nº 93 de 20 de janeiro de 2011, que “estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto”. Conforme a referida Lei, o Plano Diretor apresenta uma subdivisão das áreas urbanas em Zonas. Para a Zona de Proteção Especial (ZPE), que contempla áreas consideradas de valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, está previsto a diversidade de usos, “compatibilizando a função residencial com a de polo administrativo, turístico, educacional, comercial, industrial e de serviços (...)” (Lei Complementar nº 93, 2011).

Em 2013, quanto o prefeito que tinha o discurso contrário assumiu a Prefeitura de Ouro Preto, o turismo voltou a pertencer à Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, o que pode ter contribuído para a não execução do primeiro Plano municipal de Turismo.

Em 2014, a partir da demanda e “pressão” do COMTUR, em conjunto com um professor da UFOP, a Política Municipal de Turismo começou a ser elaborada, cabendo

aos membros deste Conselho, a responsabilidade pela aprovação dos elementos constantes na sua Lei de criação. Assim, a Política Municipal de Turismo foi instituída em 2015, por meio da Lei nº 971 de 15 de dezembro de 2015, que determina que cabe ao poder executivo municipal a gestão do turismo, em articulação com o COMTUR e com entidades ligadas ao setor de turismo. A referida Lei apresenta que esta Política deve observar as seguintes diretrizes:

I) a prática do turismo como forma de promover a valorização e a preservação do patrimônio natural e cultural do município;

II) a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico;

III) a igual atenção aos polos de desenvolvimento do turismo nas diversas regiões com variadas vocações no território municipal.

Também a partir de 2015, nessa mesma gestão, tanto o COMTUR quanto o FUMTUR passaram a funcionar regularmente. Naquele ano, o COMTUR estabeleceu o Regimento do FUMTUR (por meio da Resolução nº 03, 2015) e o seu próprio estatuto (por meio da Resolução nº 04, 2015). Além disso, em 2015 o COMTUR, sob a supervisão da Secretaria de Turismo Indústria e Comércio, deu início à revisão do Plano Municipal de Turismo até então vigente, o que culminou em um novo plano decenal, com vigência de 2017 a 2027. Apesar de começar a ser implementado em 2017, com a realização de estudos e definição de indicadores, diretrizes, metas, objetivos, programas e ações (B2), somente em 2018 o plano foi instituído por meio da Lei nº 1.098 de 14 de junho de 2018. Tal plano apresenta orientações estratégicas para que o turismo seja desenvolvido de acordo com o que prevê a Política Municipal de Turismo (Lei nº 1.098, 2018).

Todas essas iniciativas – instituição da Política Municipal de Turismo, ativação do FUMTUR, reativação do COMTUR e revisão do Plano Municipal de Turismo foram de suma importância para que a cidade pudesse pleitear o ICMS Turístico, transferência do Governo Estadual de Minas Gerais, já que conforme a Lei nº 18.030 de 2009, “que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios”, para ter direito a essa parcela, é necessário que o município possua o FUMTUR e o COMTUR, constituídos e em funcionamento, e elaborado e implementado uma Política Municipal de turismo (Lei 18.030, 2009), o que se dá através do Plano Municipal de Turismo. Tais iniciativas, nesta gestão, reforçam o interesse do Governo local na promoção do desenvolvimento econômico por meio do turismo, mas,

por outro lado, também institucionalizam a gestão municipal do turismo e criam instrumentos que possibilitam desenvolver a atividade de forma mais planejada.

Em setembro de 2020, em atendimento à uma condicionante imposta à empresa Samarco para que ela voltasse as suas operações em Mariana e Ouro Preto após o rompimento da barragem de Fundão, por meio de uma Licença de Operação Corretiva (LOC), foi criado o Plano de Apoio à Diversificação Econômica (PADE) para estas duas cidades. O Plano contou com a participação de atores públicos, privados e da sociedade civil, por meio da realização de três fóruns, e foi conduzido pela empresa de consultoria Plan Soluções. Dentre as ações já concluídas no âmbito do PADE, tem-se a reativação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CONDES), instância de governança pública responsável por acompanhar a execução do Plano, em conjunto com os demais atores envolvidos na elaboração das suas diretrizes (B30; PADE Ouro Preto, <https://solucoesplan.com.br/padeouropreto/>, recuperado em 18 de fevereiro de 2022).

O objetivo principal do PADE foi identificar novas alternativas de diversificação econômica para diminuir a dependência das referidas cidades da mineração, sendo estas distribuídas em cinco eixos: agropecuária, aproveitamento de rejeitos, empreendedorismo, turismo e tecnologia, e inovação. Especificamente em relação ao turismo, o PADE priorizou um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo para capacitar o trade turístico de Ouro Preto e para captar eventos para a cidade (B30; PADE Ouro Preto, <https://solucoesplan.com.br/padeouropreto/>, recuperado em 18 de fevereiro de 2022; Silva, 2022). Importante destacar que o Plano foi apresentado às cidades envolvidas no início de 2022 e que, apesar de ter sido elaborado para cumprir uma condicionante legal, representa mais um importante instrumento para nortear as políticas públicas com foco no desenvolvimento econômico, dentre elas as políticas de turismo.

Desde 2021, o candidato que ao longo do tempo tem apoiado o turismo como forma de preservação cultural voltou ao poder municipal, e apesar desse tema ainda estar fortemente presente na sua agenda de governo, conforme relatado por B2 e B30, percebe-se que o cenário de crise no setor de turismo de forma geral, ocasionado pela pandemia, bem como os últimos desastres ambientais (rompimento das barragens) ocorridos em duas cidades turísticas de Minas Gerais – que prejudicou a imagem das cidades turísticas, bem como levou à diminuição da arrecadação em todo Estado de Minas Gerais, acabaram por impulsionar também nesta gestão o fomento ao turismo como uma importante fonte econômica para Ouro Preto. Nesse cenário, o PADE soma aos esforços locais como uma

tentativa de potencializar os benefícios econômicos desta atividade, sem, contudo, deixar de lado a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Algumas ações de fomento ao setor que tem sido desenvolvidas não apenas na sua gestão, mas também em outras, estão relacionadas, principalmente, à realização de eventos, ação que contempla tanto o gerenciamento de patrocínios como a própria organização e execução dos eventos (B2, B3 e B5), e à promoção de Ouro Preto como destino turístico, por exemplo, por meio da participação do governo local em feiras nacionais e internacionais, promoção do turismo em diversas mídias digitais, e parcerias com a imprensa internacional e nacional (B2, B29). E as ações com foco na preservação, historicamente, têm correspondido à manutenção dos monumentos e prédios históricos e ao controle das intervenções neles. Ressalta-se aqui a “força” do IPHAN na cidade, que é, em grande parte, o responsável por mantê-la preservada.

A trajetória da política de turismo de Ouro Preto mostra que houve uma tentativa de institucionalização da política ao longo do tempo desde a década de 1990. No entanto, as alternâncias de governo, representadas no fluxo de processo político no modelo do Kingdon (1995), levaram a mudanças na política e ativação ou não de algumas ideias – turismo como fonte de desenvolvimento econômico ou de preservação. Além disso, fatores exógenos, tais como crise econômica e consequente diminuição da arrecadação, que levaram o município a perceber a necessidade de diversificação das alternativas econômicas para além da mineração, ainda que essa percepção tenha se dado a partir de uma imposição legal à Samarco, também contribuem para explicar porque alguns temas ascenderam à agenda governamental.

Diferente do que é apontado pela literatura, o processo de mudança não foi abrupto e caótico nesse caso, mas as ideias, as imagens e os monopólios foram centrais. Isso porque, as ideias foram mudando ao longo do tempo por meio da articulação, negociação, convencimento e legitimação de novas ideias até sua institucionalização com a mudança política. Ou seja, o monopólio mudou em um dado momento, mas consensos em torno de novas ideias foram sendo produzidos ao longo do tempo.

A cada gestão, o turismo foi mudado de pasta/secretaria, sendo articulado com diferentes políticas, ora voltadas ao desenvolvimento econômico do município, ora voltadas à preservação da cidade e do seu patrimônio. Isso mostra que os diferentes discursos sobre o turismo e as ideias relacionadas a eles enquanto solução para determinados problemas locais influenciou o “lugar” que o turismo ocupou na estrutura

de Governo e a função deste no desenvolvimento do município. É importante apontar que essas trocas constantes de pasta a cada gestão fazem com que o turismo seja tratado de forma diferente em cada governo, resultando, como relatado por B17 e B20, em maior descontinuidade nas ações governamentais e fragilidade no relacionamento com os diversos atores que atuam nesse campo.

5. Conclusão

A trajetória da política de turismo em Ouro Preto reforça o que Baumgartner e Jones (2009) apontam em seu modelo explicativo. Isto é, a política de turismo de Ouro Preto foi caracterizada por uma alternância de períodos de estabilidade mais longos e períodos de mudança mais curtos e efêmeros, principalmente, ocasionados pela mudança política na gestão local. O caso de Ouro Preto é interessante porque houve uma alternância entre atores políticos com ideias distintas sobre o turismo ao longo do tempo – algumas mais relacionadas à promoção do turismo como desenvolvimento econômico, e outras à preservação do patrimônio cultural da cidade. Isso ocorreu porque esses atores políticos construíram discursos que colocaram ambas as ideias como antagônicas e incompatíveis, o que sinaliza para ausência de uma política que considere todos os interesses e atores envolvidos.

Esse movimento de pêndulo na política não consegue incorporar todo potencial turístico da cidade (histórico, cultural, ambiental, de eventos e outros), que poderia ser resultado de um planejamento em rede, envolvendo os diferentes setores em sua construção. Além disso, considerando que o turismo e a preservação do patrimônio histórico e cultural são parte do mesmo espaço e dinâmica local de Ouro Preto, uma relação harmoniosa e não dicotômica entre essas duas vertentes é de suma importância para que a cidade possa desenvolver todo o seu potencial turístico, e de forma sustentável.

Logo, a análise mais específica da trajetória da política pública municipal de turismo confirma o modelo de Kingdon (1995). O que se percebe é que problemas e soluções foram acoplados em momentos de mudança política, o que foi influenciado pela atuação de determinados empreendedores. Contudo, consensos construídos ao longo do tempo em torno de determinadas ideias parecem ter sido mais importantes do que a atuação de empreendedores em momentos pontuais.

É importante apontar que os modelos teóricos tomados como base para explicar as mudanças na agenda governamental da política analisada apresentam limitações para a análise da dinâmica local no Brasil, já que o papel das ideias e dos atores parece ser

fundamental para explicar essas mudanças. Fatores externos – tais como crise econômica pela diminuição da arrecadação oriunda da mineração no município nos últimos anos e a própria pandemia, que afetou fortemente o setor de turismo, tem feito com que a “ideia” do turismo como fonte de desenvolvimento econômico ganhe maior centralidade na agenda municipal atualmente, mas resta saber se tais fatores serão suficientes para o consenso em torno das diversas ideias de políticas.

Esta pesquisa buscou contribuir para a discussão sobre os fatores que afetam as mudanças nas políticas no nível municipal, o que é ainda pouco explorado pela literatura. No entanto, estudos futuros analisando municípios em perspectiva comparada são fundamentais para aprofundar a compreensão sobre esses fatores tanto nas políticas locais de turismo, como nas agendas governamentais dos municípios brasileiros em outras áreas.

Referencias

Amaro, N. B. (2012) *Pré-decisão em Políticas Públicas: como a temática da inclusão digital entrou na agenda governamental do governo do Estado de São Paulo* (Dissertação de Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV, São Paulo, SP.

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.

Bataglia, M. B. (2017). Políticas públicas de enfrentamento à corrupção: a formação de agenda. *Journal of Law and Regulation*, 3(2), 21-46.

Baumgartner, F. R., & Jones, B. D. (2009) *Agendas and instability in American politics*. Chicago, London: The University of Chicago Press.

Béland, D. (2016). Kingdon reconsidered: ideas, interests and institutions in comparative policy analysis. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 18(3), 228-242.

Béland D., & Cox, R. H. (orgs). (2010). *Ideas and politics in Social Science research*. New York: Oxford University Press.

Beni, M. C. (2008). *Análise Estrutural do Turismo*. 13ª ed. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, SP.

Brasil, F. G., & Capella, A. C. (2019). A dinâmica da agenda governamental de saúde no Brasil: Equilíbrio e pontuações nas primeiras décadas pós-redemocratização (1986-2003). *Saúde & Sociedade*, 28, 80-96.

Silva, Segatto & Texeira. *A agenda governamental local: o caso da política de turismo em Ouro Preto.*

Capella, A. C. N. (2008). A Trajetória das Políticas de Administração Pública na Agenda Governamental: Os Governos FHV e Lula. *Temas em Administração Pública*, 2(2), 1-14.

Capella, A. C. N. (2004). O processo de agenda-setting na reforma da administração pública. 245 f. Tese (Tese de Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

Coelho, D. B., & Oliveira Junior, M. de M. (2016). A internacionalização de empresas na agenda governamental contemporânea de desenvolvimento: reflexões críticas e analíticas para os negócios internacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 1, n. 1, p. 527 a 550.

Cohen, M., March, J., & Olsen, J. (1972). A Garbage Can Model of Organizational Choice. *Administrative Science Quarterly*, (17), 1-25.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília, DF: Senado. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D., & Wanhill, S. (2007). *Turismo: Princípios e Prática*. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman.

De Grammont, A. (2006). *Hotel Pilão: um incêndio no coração de Ouro Preto*. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, v. 1. 250p.

Elder, C. D., & Cobb, R. W. (1993). Formación de la agenda: El caso de la política de los ancianos. In L. F. A Villanueva (ed). *Problemas Políticos y Agenda de Gobierno*. Madrid: Colección Antologías de Política Pública. Segunda Edición.

Elliot, J. (1997). *Tourism: politics and public sector management*. Routledge, London.

Fisher, F., & Gottweis, H. (2012). *The argumentative turn revisited*. Durham: Duke University Press.

Fisher, F. (2003). *Reframing public policy: discursive politics and deliberative practices*. New York: Oxford University Press.

Godoy, A. S. (2010). Estudo de caso qualitativo. In: Godoi, C. K., Bandeira-de-Melo, R., & Silva, A. B. (org). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos*. 2ª ed. São Paulo, SP.

Jann, W., & Wegrich, K. (2007). Theories of the policy cycle. In Fischer, F.; Miller, G.J.; Sidney, M.S (eds). *Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods*. New York, CRC Press Taylor & Francis Group.

Jenkins, C. L. (2015). Tourism policy and planning for developing countries: some critical issues, *Tourism Recreation Research*, 40:2, 144-156.

Kingdon, J. W. (2006). Juntando as coisas. In: Saravia, E.; Ferrarezi, E (org). *Políticas Públicas: Coletânea*. Brasília: ENAP, volume 1, p. 225-246.

Kingdon, J. W. (1995). *Agendas, alternatives, and public policies*. 2ª ed. NY: Harper Collins.

Lei Orgânica da Câmara Municipal de Ouro Preto. (1990). Recuperado de https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/07046608939c52d81ff116e8b3331115.pdf.

Lei Complementar nº 01. (1996). Institui o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e dá outras providências. Ouro Preto, Minas Gerais. Recuperado de [https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img\(1570\).pdf](https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(1570).pdf).

Lei nº 02, de 12 de janeiro de 2005. (2005). Estabelece a Estrutura Básica e a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e da outras providências. Recuperado de [http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img\(1599\).pdf](http://www.sistemasigla.org/arquivos/sisnorm/NJ_img(1599).pdf).

Lei nº 93 de 31 de agosto de 2005. (2005). Regulamenta o Conselho Municipal de Turismo de Ouro Preto – COMTUR. Recuperado de [https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img\(2821\).pdf](https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(2821).pdf).

Lei Complementar nº 15, de 27 de abril de 2006. (2006). Altera a Lei Complementar Nº 02/2005, modifica a denominação da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio e da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, suas respectivas competências e dá outras providências. Recuperado de [https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img\(5063\).pdf](https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(5063).pdf).

Lei Complementar nº 29, de 28 de dezembro de 2006. (2006). Estabelece Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Recuperado de [https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img\(5073\).pdf](https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(5073).pdf).

Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009. (2009). Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Recuperado de <https://www.icmsturismo.mg.gov.br/static/18030-2009.pdf>.

Lei nº 587, de 27 de setembro de 2010. (2010). Cria o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR e dá outras providências. Recuperado de [https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img\(12485\).pdf](https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(12485).pdf).

Lei nº 659, de 20 de junho de 2011. (2011). Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Recuperado de [https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img\(12182\).pdf](https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(12182).pdf).

Lei Complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011. (2011). Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Recuperado de https://ouopreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/lei-complementar-93-parcelamento-uso-e-ocupa-o-do-solo.pdf?dc=7124.

Lei nº 971, de 15 de dezembro de 2015. (2015). Estabelece a Política Municipal de Turismo de Ouro Preto e dá outras providências. Recuperado de: https://turismo.ouopreto.mg.gov.br/assets/info-uteis/Lei_971.pdf.

Silva, Segatto & Texeira. *A agenda governamental local: o caso da política de turismo em Ouro Preto.*

Lei nº 1.098, de 14 de junho de 2018. (2018). Institui o Plano Municipal de Turismo no Município de Ouro Preto e dá outras providências. Recuperado de https://turismo.ouropreto.mg.gov.br/assets/info-uteis/Lei_1098.pdf.

Menicucci, T. M. G., & Brasil, F. de P. D. (2010) Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e da reforma urbana Estudos de sociologia. 15(29), 369-396.

Metten, A., Costa, L. S., Gadelha, C. A. G., & Maldonado, J. (2015). A introdução do complexo econômico industrial da saúde na agenda de desenvolvimento: uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon. *Revista de Administração Pública*, 49(4), 915-936.

Ministério do Turismo. (2009). Índice de Competitividade do Turismo Nacional dos 65 Destinos Indutores de Desenvolvimento Regional: Relatório Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2009. Recuperado de http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/01estudos_indutores.html.

Ministério do Turismo. (2010). Índice de Competitividade do Turismo Nacional dos 65 Destinos Indutores de Desenvolvimento Regional: Relatório Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo. Recuperado de: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/01estudos_indutores.html.

Ministério do Turismo. (2011). Índice de Competitividade do Turismo Nacional dos 65 Destinos Indutores de Desenvolvimento Regional: Relatório Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo. Recuperado de http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/01estudos_indutores.html.

Ministério do Turismo. (2013). Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: Relatório Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo. Recuperado de http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_das_competitividades_65_destinos.pdf.

Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32.

Noy, C. (2008). Sampling Knowledge: The Hermeneutics of Snowball Sampling in Qualitative Research. *International Journal of Social Research Methodology*, 11(4), 327-44, 2008.

Pelaez, V., Invernizzi, N., Fuck, M.P., Bagatolli, C., & Oliveira, M. R. de. (2017). A volatilidade da agenda de políticas de C&T no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 51(5), 788-809.

Silva, Segatto & Texeira. *A agenda governamental local: o caso da política de turismo em Ouro Preto.*

Perdicaris, P. R. Gestão para resultados como política pública: uma análise da formação da agenda e alternativas em municípios brasileiros. (2009). (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP.

Pereira, M. C. G., & Teixeira, M. A. C. (2011). A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(3), 895-913.

Pinto, I. C. M. (2008). Construção da agenda governamental: atores, arenas e processo decisório na saúde. *Organizações & Sociedade*, 15 (44), 13-23.

Resolução nº 03 de 2015. (2015). Estabelece o Regimento Interno do Fundo Municipal de Turismo de Ouro Preto – FUMTUR. Recuperado de: https://turismo.ouropreto.mg.gov.br/assets/info-uteis/resolucao3_fumtur.pdf.

Resolução nº 04 de 2015. (2015). Estabelece Estatuto do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. Recuperado de: https://turismo.ouropreto.mg.gov.br/assets/info-uteis/resolucao4_comtur.pdf.

Rocha, C. V. (2011). Ideias e formação de agenda de uma reforma educacional. *Ensaio*. Vol.19(70), pp.191-218 Rio de Janeiro, Brasil.

Rocha, H. S. (2012). Juventude e políticas públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no governo Lula. (Dissertação de Mestrado), São Paulo, SP.

Sabatier, P. A., & Jenkins-Smith, H. C. (1993). *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*. Boulder: Westview.

Sátyro, N. G., D’Albuquerque, R. W. (2020). O que é um estudo de caso e quais as suas potencialidades? *Revista Sociedade e Cultura*, 23.

Segatto, C. I. (2011). Como ideias se transformam em reformas: um estudo comparativo das mudanças educacionais orientadas pelo desempenho nos estados brasileiros. (Dissertação de Mestrado), São Paulo, SP.

Sela, V. M., Gonzalez, L., Christopoulos, T. P. (2020). Construção da agenda de inclusão financeira à luz da Teoria Ator-Rede. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 162-180.

Silva, N. (2022, 11 de fevereiro). 1º Plano de Apoio à Diversificação Econômica de Ouro Preto é apresentado. *Notícia*. Prefeitura Ouro Preto. Recuperado de <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/2361>.

Simielli, L. E. R. (2008). *Coalizões em Educação no Brasil: a pluralização da sociedade civil na luta pela melhoria da educação pública*. (Dissertação de Mestrado), São Paulo, SP.

Stone, D. A. (1989). Causal stories and the formation of policy agendas. *Political Science Quarterly*, 104(2), 281-300.

Silva, Segatto & Texeira. *A agenda governamental local: o caso da política de turismo em Ouro Preto.*

Sumiya, L. A., Araujo, M. A. D., Sano, H. (2017). A hora da alfabetização no Ceará: O PAIC e suas múltiplas dinâmicas. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 25(36), 1-30.

Weiers, D. P. (2011). *Políticas Públicas de Fomento à Leitura: política nacional, agenda governamental e práticas locais.* (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2011.